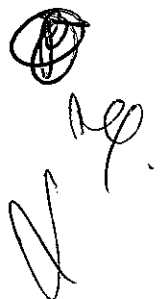
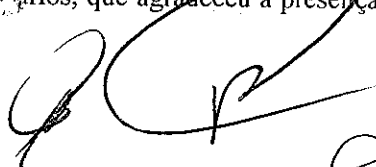
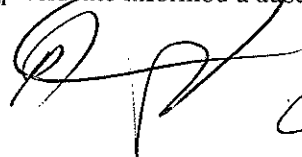


ATA DA 259ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

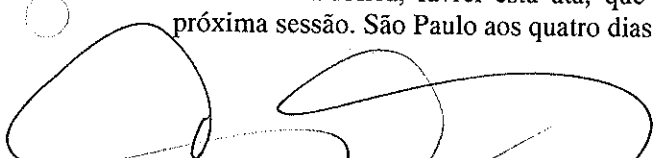
Aos quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e onze, na Regional de Ribeirão Preto da Defensoria Pública do Estado, situada à Rua Alice Além Saad, 1256, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os (as) Conselheiros (as) Bruno Diaz Napolitano, Luis Cesar Rossi Francisco, Denise Nakano Veronezi, Paulo Giostri, substituindo a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, Pedro Antonio de Avellar, José Moacyr Doretto Nascimento, Fabiana Botelho Zapata, Helena Rosa Rodrigues Costa, substituindo a Conselheira Márcia Regina Garutti, e, representando a Apadep, Rafael Valle Vernaschi. Ausentes justificadamente os Conselheiros (as) Antonio José Maffezoli Leite, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Juliana Garcia Belloque e Franciane de Fátima Marques. Deu-se início aos trabalhos às 14h15min horas. O Presidente informou que as atas serão entregues ao Colegiado assim que a Secretária do Conselho retornar de férias. Justificou a ausência da Defensora Pública Geral devido a uma reunião com o Secretário de Estado da Casa Civil Sidney Beraldo. Agradeceu a recepção dos estagiários, servidores e Coordenadores da Regional de Ribeirão Preto. Enfatizou o empenho de todos para a realização da sessão do Conselho no interior do Estado, destacando a importância desses eventos. Agradeceu a presença dos Defensores das Unidades de São Carlos, Araraquara, Franca e São José do Rio Preto. Não havendo atas para serem aprovadas, passou-se à comunicação da presidência. O Presidente relatou a reunião da Defensoria Pública Geral com a Secretária de Justiça para tratar da gestão do convênio da OAB e a gestão do FAJ. O presidente explicou que o teor da proposta apresentada pela OAB é inconstitucional e que os argumentos estão sendo apresentados aos Poderes Executivo e Legislativo. O Conselheiro Rafael informou a articulação da APADEP com os Deputados da Assembléia para demonstrar que o projeto PLC 065/11 é inconstitucional. Informou a solicitação de audiência da Apadep com a Deputada Maria Lucia Amary para tratar de assuntos ligados ao tema. O presidente relatou a visita, na última semana, do Defensor Público Assessor Parlamentar Gustavo Reis à Assembléia Legislativa para tratar do PLC 040/11, oportunidade em que se reuniu com Parlamentares que se demonstraram favoráveis à aprovação. Relatou a presença da Coordenadora Geral de Administração, Dra. Luciana Jordão, ao Senado Federal para tratar do projeto de lei 225/11 que visa alterar a lei de responsabilidade fiscal. O representante da Apadep relatou sua presença em Brasília para conversar com os Senadores paulistas. Mencionou o encontro com o Senador Aluisio Nunes em que a Defensoria Pública foi muito elogiada. Não havendo mais comunicações da presidência, passou-se à comunicação da secretaria. A Secretária Substituta justificou a ausência dos Conselheiros Antonio José Maffezoli Leite, Franciane de Fátima Marques, Juliana Garcia Belloque, Octavio Ginez de Almeida Bueno. Não havendo mais comunicações, passou-se ao momento aberto. O presidente iniciou a ordem de inscritos chamando o Sr. Eli Carlos, representante do Movimento de Moradia da região, que agradeceu o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública junto às pessoas que necessitam de moradia e o empenho dos Defensores Públicos Paulo Giostri e Anisio Vieira no atendimento prestativo. Solicitou a instalação de uma unidade na cidade de Sertãozinho. O presidente agradeceu a presença do representante e narrou à importância da participação da sociedade civil no momento aberto das reuniões do Conselho Superior. Falou da importância das sessões do Conselho Superior nas Regionais do Interior que visam aproximar as pessoas que não podem participar do momento aberto em reuniões na Capital. O presidente abriu a palavra ao próximo inscrito, Antonio Machado Neto, Coordenador da Unidade de Franca, que parabenizou a realização da reunião do Conselho na Regional de Ribeirão Preto e relatou a instalação da Unidade na Unesp, que facilitou o acesso à Defensoria Pública. Relatou também algumas atividades desenvolvidas pela Unidade de Franca. Informou a recente Ação Civil Pública ajuizada em conjunto com o Ministério Público, solicitando providências no sistema de saúde oferecido à população da cidade. O presidente abriu a palavra ao próximo inscrito, Lucas Abrantes Pinheiro, Coordenador da Unidade de São Carlos, que agradeceu a presença do Conselho




Superior no interior e informou sobre as tratativas para a nova instalação da Unidade. Relatou que o novo edifício fornecerá melhores condições de trabalho e uma infra-estrutura mais adequada no atendimento à população. Pediu a realização de mais Sessões do Conselho Superior no interior. O presidente reforçou a importância e o contato com os colegas das regionais do interior com a ida das sessões do conselho. O presidente abriu a palavra ao próximo inscrito, Patrícia Biagini Lopes, Defensora Pública da Regional de Ribeirão Preto que relatou a não previsão no convênio firmado com a OAB para atendimento às demandas do Juizado Especial Cível da cidade, visto que apesar da baixa complexidade dos processos, essas demandas exigem atividades que ocupam parte significativa das atribuições e sugeriu que a Administração Superior estude formas de convênios semelhantes àquelas existentes entre o Judiciário e as Faculdades de Direito para acelerar os processos. Ressaltou a importância de resguardar as atividades desempenhadas pelos Defensores Públicos somente em casos mais complexos. O presidente informou que a Terceira Subdefensoria se debruçará sobre o assunto. O Conselheiro Luis Cesar apontou a demanda como tema a ser discutido junto à implantação dos Centros de Conciliação do Tribunal de Justiça. O presidente informou o convite feito pelo Tribunal de Justiça para a participação da Defensoria no projeto dos Centros de Conciliação. O Conselheiro Bruno acompanhou a proposta da Defensora Pública Patrícia em empenhar as demandas de maior complexidade e ressaltou que o Conselho poderá ser provocado no sentido de alterar as atribuições dos Defensores Públicos da Unidade. O presidente abriu a palavra ao próximo inscrito, Aluisio Ruggeri, Coordenador da Regional de Ribeirão Preto, que agradeceu a presença do Colegiado e parabenizou a iniciativa. Passou-se ao próximo inscrito, Samir Nicolau Nassralla, Defensor Público da Regional de Ribeirão Preto, que relatou a queda frequente da conexão do sistema de atendimento do SIA e solicitou o aperfeiçoamento do sistema. Solicitou a otimização do atendimento inicial do interior com o intuito de racionalizar recursos humanos e melhorar as rotinas administrativas. O presidente informou as tratativas da Administração Superior para contratação de uma consultoria para estudar o fluxo de atribuições da instituição. Informou a preocupação da Administração em apresentar no ano seguinte o projeto de um sistema telefônico central para o agendamento do atendimento inicial nas unidades. Respondeu ao Defensor Samir que a CTI está desenvolvendo uma nova versão do SIA que deverá suprir os problemas apontados. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros. O Conselheiro Rafael Vernaschi, representante da Apadep, cumprimentou os colegas presentes das regionais do interior e informou a participação da Associação na segunda-feira com o presidente da Anadep e a Subprocuradora Geral da República para tratar do parecer na Adin 4636, que trata da capacidade postulatória dos Defensores desvinculados dos quadros da OAB. O Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco narrou o avanço da instituição na assistência jurídica e relatou às tratativas de ampliação da sede de Ribeirão Preto com o proprietário. O Conselheiro Bruno Diaz Napolitano agradeceu a oportunidade e a recepção da Regional de Ribeirão Preto para a realização da Sessão do Conselho Superior. O representante da Ouvidoria Geral, Paulo Giotri, parabenizou a presença do Colegiado na unidade e agradeceu os esforços da Apadep nas questões inerentes aos Defensores Públicos. Ressaltou a qualidade dos trabalhos da Defensoria Pública nas questões urbanísticas. O Conselheiro Pedro Avellar destacou bons exemplos da Regional de Ribeirão Preto nas práticas técnico-jurídicas e ressaltou a importância da realização das sessões do Conselho Superior no interior, avaliando que no próximo ano o aspecto seja intensificado. Não havendo mais manifestações dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 320/11. Interessada: Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (abril a setembro de 2011). Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselheiro Pedro justificou a vista dos autos na última sessão. Informou que não houve tempo hábil para proferir o voto e solicitou prorrogação dos autos. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 322/11. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração de Deliberação CSDP 27/07 (que trata sobre o afastamento de Defensores Públicos para participação em cursos, congressos e outros certames científicos de interesse da instituição). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O presidente informou a ausência do relator

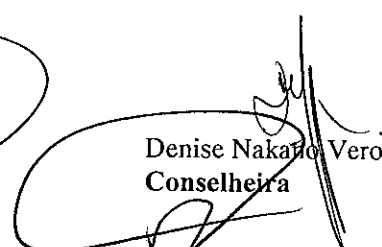


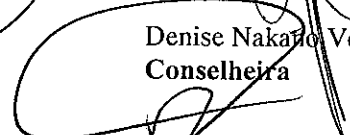
e prorrogou o processo para a próxima sessão. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 347/11. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participar do "I Curso de Criminologia da Escola da Defensoria Pública", nos dias 10 e 11 de novembro de 2011. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. Voto oral lido pelo conselheiro Luis a pedido do Conselheiro Maffezoli. O presidente ressaltou que na ausência do relator o processo seja redistribuído. A Secretaria informou a redistribuição para a próxima relatora, sendo a Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, não conhecer do pedido de afastamento do Defensor Público Vinicius de Paes Leite. Deliberou ainda, deferir o afastamento dos seguintes Defensores Públicos: Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros, Bruno Girade Parise, Bruno Shimizu, Fernanda Costa Hueso, Juliana Pascutti Ferreira de Oliveira, Karina Santos Salvador Marzagão, Marina Hamud Morato de Andrade, Mario Henrique Ditticio, Rafael Folador Strano, Ricardo Lobo da Luz. Deliberou também, deferir o afastamento dos Servidores: Andrea Saraiva de Barros, Marisa Sandra Luccas, Vilmar Douglas de Souza Pimenta. O presidente informou o recebimento da ligação da Defensoria Pública Geral, Daniela Sollberger, comunicando o término da reunião na Casa Civil. Relatou a posição do governo em reiterar a posição da Defensoria Pública. CSDP nº 333/11 (Excetuado a pauta). Interessado: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "X Congresso Nacional de Defensores Públicos", no período de 15 a 18 de novembro de 2011. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O relator leu o voto. Relatou o cumprimento das diligências solicitadas. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos Defensores Públicos Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes, Douglas Tadashi Magami, Diego Vale de Medeiros e Marcus Vinicius. Deliberou ainda, homologar a desistência da Defensora Pública Leila Rocha Sponton. CGDP CAEP nº 006/11. Interessada: Andrea da Silva Lima. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 015/11. Interessada: Camila Paronetti Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. O Colegiado solicitou à Secretaria do Conselho Superior que providencie uma nova certidão emitida pela Edepe, constando o aproveitamento do Defensor Público em Estágio Probatório. A Secretária Substituta informou que tomará providências por e-mail. CGDP CAEP nº 026/11. Interessado: Danilo Martins Ortega. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, às 16h06 o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária Substituta do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos quatro dias do mês de novembro do ano de 2011.


Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente


Helena Rosa Rodrigues Costa
Conselheira


José Moacyr Doretto Nascimento


Denise Nakano Veronezi
Conselheira


Luis Cesar Rossi Francisco
Conselheiro


Fabiana Botelho Zapata









Conselheiro

Pedro Antonio de Avelar
Conselheiro

Paulo Gostri
Representante da Ouvidoria

Conselheira

Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro

Rafael Valle Venaschi
Representante da Apadep